



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **RECIFE – 33ª VARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
PROCESSO Nº: **0115016-3/02**
EMBARGANTE: **TECON SUAPE S/A**
EMBARGADA: **BRACICLO COM. REP. IMPORT. EXPORT. LTDA**
RELATOR: **DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE ERRO DE FATO. INEXISTÊNCIA. QUESTÕES DEVIDAMENTE TRATADAS E ESCLARECIDAS NOS FUNDAMENTOS DO RECURSO ANTERIOR AOS EMBARGOS. PREQUESTIONAMENTO. HIPÓTESES DO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADAS. ACÓRDÃO FUNDAMENTADO. CARÁTER PROTETATÓRIO. APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO. RECURSO REJEITADO. DECISÃO UNÂNIME.

1- A decisão recorrida enfrentou as questões suscitadas, ausente, pois, qualquer erro de fato apontado.

2 – Não é obrigatória a apreciação exaustiva de todos os argumentos levantados pela parte, bastando que o julgador enfrente a questão principal e suficiente da demanda.

3 – Matéria devidamente tratada nos fundamentos do recurso anterior aos Embargos de Declaração.

4 – Não restaram configuradas as hipóteses previstas nos incisos I e II, do Art. 535, do CPC. Aclaratórios não servem como instrumento processual que visa tão somente discutir matéria com o fim de prequestionamento para interposição de futuros recursos aos Tribunais Superiores.

5 - Embargos Declaratórios rejeitados. Aplicação de multa no importe de 1% (um por cento) sobre o valor da causa atualizado, de acordo com o Art. 538, Parágrafo Único, do CPC, por restar evidenciado o caráter protetatório do recurso. À unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0296500-0, em que figuram como partes como Embargante **CAMED OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE LTDA CAMED VIDA** e como Embargado **JOSÉ XAVIER QUIRINO**, acordam os Exmos. Srs. Desembargadores componentes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **REJEITAR** os presentes Embargos de Declaração, tudo na forma do relatório, votos e das notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 03-10-2013.


Des. **ITABIRA DE BRITO FILHO**
- Relator -



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **RECIFE - 33ª VARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
PROCESSO Nº: **0115016-3/02**
EMBARGANTE: **TECON SUAPE S/A**
EMBARGADA: **BRACICLO COM. REP. IMPORT. EXPORT. LTDA**
RELATOR: **DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**

RELATÓRIO:

A Embargante interpôs os presentes Embargos de Declaração em face do acórdão lançado pelo julgamento do Embargo de Declaração de nº 0115016-3/01, que foi rejeitado à unanimidade de votos.

A Embargante alega que haveria erro material no julgamento dos Embargos de Declaração anteriormente interposto.

Afirma que, na ocasião do julgamento da Apelação nº 0115016-3, teria sido convocado o Des. José Henrique Coelho para sua relatoria, quem estaria substituindo o Des. Agenor Ferreira de Lima Filho, mas no julgamento dos Embargos de Declaração nº 0115016-3/01, quem passou a ser relator foi o Des. Sílvio de Arruda Beltrão, o que estaria em desobediência ao estabelecido no Regimento Interno deste Tribunal, que prevê que o relator do acórdão embargado será o mesmo dos Embargos Declaratórios.

Requer que seja reconhecido o erro material, declarada nula a decisão proferida pelo Des. Sílvio de Arruda Beltrão e determinado que o Des. Agenor Ferreira seja o Relator dos Embargos de Declaração de nº 0115016-3/01, para só então serem julgados.

É o relatório.

Independente de inclusão em pauta, apresento o feito à mesa para julgamento, na conformidade do Art. 85, d, do RITJ/PE.

Recife, 03-10-2013


Des. ITABIRA DE BRITO FILHO
- Relator -



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **RECIFE – 33ª VARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
PROCESSO Nº: **0115016-3/02**
EMBARGANTE: **TECON SUAPE S/A**
EMBARGADA: **BRACICLO COM. REP. IMPORT. EXPORT. LTDA**
RELATOR: **DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**

VOTO:

Os presentes Aclaratórios foram interpostos com o escopo de ver sanados suposto erro material constante no julgamento dos Embargos de Declaração de nº 0115016-3/01.

Compulsando os autos, entrevejo que o acórdão, objeto do presente recurso, não se encontra eivado do vício apontado.

Nestes termos, verifico que o recurso de Apelação nº 0115016-3 foi, inicialmente, distribuído à Relatoria do Des. Agenor Ferreira de Lima Filho, mas, na ocasião do seu julgamento, foi relator o Juiz Des. Substituto José Henrique Coelho Dias da Silva, o qual estava afastado do exercício no tribunal quando do julgamento dos Aclaratórios.

Desta feita, foi aplicado o Art. 71, §2º, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça, o qual previa: "O relator será escolhido mediante sorteio, na forma do Art. 65 e seguintes, exceto: [...]. §2º - Nos embargos de declaração, será relator o do acórdão embargado, salvo se estiver afastado do exercício no tribunal, caso em que funcionará o revisor, se houver, ou o primeiro vogal que tiver votado de acordo com o relator."

Ora, ao contrário do que quer fazer crer a Embargante, o Relator do apelo interposto foi o Dr. José Henrique Coelho Dias da Silva, o qual se encontra afastado das atividades do tribunal no julgamento dos Embargos de Declaração, razão por que quem deve ser relator dos Aclaratórios é o revisor do apelo, ou seja, o Des. Sílvio de Arruda Beltrão.

Assim, não há erro material a ser sanado, haja vista que foi plenamente obedecido o dispositivo legal que trata do assunto.

Por não preencherem os requisitos estabelecidos nos incisos I e II do art. 535 do Estatuto dos Ritos, entendo que os presentes Aclaratórios devem ser rejeitados.

Ausente qualquer fato capaz de demonstrar o enquadramento nas hipóteses de cabimento deste tipo de recurso, intenciona a parte, na verdade, a revisão do julgado, incabível em sede embargatória.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

Desse modo, consoante expressamente consignado no referido Art. 535, II do CPC, os Embargos Declaratórios não têm a finalidade de revisar ou anular pronunciamentos judiciais, não se prestando ao reexame da matéria discutida, mas tão-somente sanar obscuridade, contradição ou omissão que possam alterar a substância do julgado, hipóteses inexistentes no presente caso.

Por todo o exposto, **REJEITO** os presentes Embargos de Declaração, mantendo, em todos os seus termos o Acórdão prolatado no julgamento dos Embargos de Declaração de nº 0115016-3/01.

É como voto.

Recife, 03.10.2013.


Des. **ITABIRA DE BRITO FILHO**
- Relator -